

MULHERES CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: CONDIÇÕES DE VIDA, TRABALHO E ESTRATÉGIAS ORGANIZATIVAS NO BRASIL¹

Adriana Cristina Xavier Deiga Ferreira²

Ronalda Barreto Silva³

Roberto Marinho Alves da Silva⁴

1 INTRODUÇÃO

A questão dos resíduos gerados pela produção e pelo consumo de bens e serviços é uma problemática mundial importante na contemporaneidade, com implicações e repercussões ambientais, sanitárias, sociais e econômicas. Em 2018, o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT)⁵ anunciou que são produzidas mais de 2 bilhões de toneladas de resíduos no mundo, por ano, causando problemas de saúde e poluindo nosso meio ambiente. Segundo o Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2018/2019 (Abrelpe, 2019), no ano de 2018, foram gerados 79 milhões de toneladas de resíduos, dos quais 72,7 milhões foram coletados, restando 6,3 milhões de toneladas não recolhidas junto aos locais de geração. Quanto à destinação adequada dos resíduos coletados, o relatório produzido pela Abrelpe (2019) indica que 59,5% (43,3 milhões de toneladas) receberam um tipo de tratamento nos aterros sanitários, ao passo que os 40,5% restantes (29,5 milhões de toneladas) foram despejados em locais inadequados por 3.001 municípios, demonstrando os enormes desafios para redução dos impactos dos descartes no meio ambiente.

Nesse cenário, encontram-se homens e mulheres que sobrevivem da atividade de catção de materiais recicláveis. Embora uma parte esteja, atualmente, atuando em associações e cooperativas, a maioria trabalha nas ruas e nos lixões em condições extremamente precárias e insalubres. Esse labor representa, na maioria das vezes, a única alternativa de subsistência para essas pessoas que foram historicamente excluídas do trabalho formal, permanecem em situação de extrema pobreza e são estigmatizadas por sobreviverem dos restos descartados pela sociedade de consumo (Silva, 2020).

Com relação ao perfil desses profissionais, um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Silva, Goes e Alvarez, 2013; Silva, 2020), tendo por base os dados do Censo Populacional de 2010 do IBGE, demonstrou que a maioria dos catadores e catadoras

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt75/espp4>

2. Assistente social. *E-mail*: <adri.deigaa@gmail.com>.

3. Professora titular da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). *E-mail*: <ronalda_barreto@uol.com.br>.

4. Professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). *E-mail*: <rmas2007@gmail.com>.

5. Disponível em: <<https://bit.ly/3V8Y49D>>.

se identificou como de cor/raça negra e que os homens representavam 68,9% do total das pessoas que exerciam a atividade de coleta e reciclagem de resíduos sólidos no país.

Outras fontes destacam, porém, a predominância de mulheres nas associações e cooperativas de coleta e reciclagem, a exemplo do Movimento Nacional dos Catadores e das Catadoras de Materiais Recicláveis (MNCR),⁶ que considera a existência de 800 mil catadores e catadoras no Brasil, sendo 70% mulheres. Churfem (2016) estimou que as mulheres representam 75% do total de integrantes das associações e cooperativas vinculadas àquele movimento. Por sua vez, Silva (2014)⁷ apontou que o percentual de mulheres em empreendimentos econômicos solidários era de 56% do total, sendo a maioria delas responsável pelo sustento da família: em 51% dos casos, a catação é a única fonte de renda familiar, o que demonstra a “importância do trabalho da mulher no setor de reciclagem, não se constituindo em renda complementar, mas a base do seu sustento e da sua família”.

A partir da década de 1990, muitas dessas mulheres catadoras, em busca de melhores condições de vida e de trabalho, passaram a se organizar junto aos demais catadores em grupos informais, associações e cooperativas locais (Ribeiro, Nardi e Machado, 2012; Cruz, 2016; Churfem, 2016; Paiva, 2017). No início do século XXI, essas iniciativas foram fundamentais para a constituição do MNCR, possibilitando maior visibilidade das demandas desse segmento perante a sociedade e o poder público.

Dessa forma, é importante analisar as dificuldades que são enfrentadas pelas mulheres catadoras para obter reconhecimento político e ocupar espaços de direção nesses processos organizativos, locais e nacionais. Para discutir essa questão, faz-se necessário considerar como se dá o entrelaçamento entre as dimensões e formas de exploração de trabalho que são intrínsecas às relações sociais de produção capitalista e as demais expressões das desigualdades relativas às condições étnico-raciais e das relações patriarcais de gênero que marcam profundamente a formação social brasileira.

As reflexões aqui apresentadas resultaram de estudos documentais e de revisão da literatura sobre a temática, no âmbito de pesquisa realizada na UFRN e na Uneb sobre as políticas públicas nacionais de inclusão socioeconômica de catadores e catadoras de materiais recicláveis. A análise abordou, além dos impactos ambientais, sanitários e sociais do manejo dos resíduos sólidos, os processos de constituição das organizações coletivas das catadoras e catadores para incidir nas políticas públicas. Nesse sentido, afloraram as particularidades das condições de vida, de trabalho e organizativas das mulheres catadoras de recicláveis.

Considerando esses aspectos, o objetivo deste estudo foi analisar os desafios que se colocam no cotidiano das mulheres catadoras de materiais recicláveis no Brasil para a conquista de reconhecimento político, considerando a interseccionalidade de classe, raça e gênero no contexto da sociabilidade capitalista em que vivem e trabalham. Busca-se, assim, contribuir com esse debate, ao agregar reflexões sobre as estratégias políticas e organizativas construídas

6. Disponível em: <<https://bit.ly/4427esC>>.

7. Trata-se de estudo encomendado pelo Comitê Interministerial de Inclusão Socioeconômica de Catadores da Secretaria Geral da Presidência da República (CIISC/SGPR).

por essas trabalhadoras para enfrentar formas históricas e estruturais de exploração econômica e de exclusão social.

Para tanto, realizou-se uma pesquisa em fontes documentais e com ampla revisão da literatura concernente ao tema. A análise do objeto foi orientada a partir da abordagem teórico-metodológica do materialismo histórico e dialético que busca apreender as múltiplas determinações e contradições do movimento da realidade sociohistórica a fim de estabelecer mediações entre as particularidades do objeto de estudo e a compreensão da totalidade das relações sociais. No caso específico, coloca-se o desafio metodológico de apreender, nas condições materiais de vida e de trabalho das catadoras, as formas históricas e estruturais de exploração e negação de direitos fundamentais que são agravadas pelas desigualdades de classe, de gênero e de raça.

O texto está estruturado em quatro partes, considerando esta introdução e as considerações finais. Na segunda seção, apresenta-se um panorama sobre as condições de vida e de trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis, perpassadas pelas relações de desigualdades sociais. Na terceira parte, trata-se dos desafios e das estratégias políticas que estão sendo construídas por estas mulheres, buscando superar a condição de subordinação nas relações internas às suas organizações e na sociedade. As considerações finais apresentam uma síntese das apreensões da realidade estudada, destacando questões que requerem maior atenção sobre as mulheres catadoras e suas organizações coletivas, na atualidade brasileira.

2 EXPRESSÕES DO COTIDIANO DE VIDA E TRABALHO DE MULHERES CATADORAS DE MATERIAIS REICLÁVEIS

Analisar as condições de vida e de trabalho das mulheres que vivem da coleta de materiais recicláveis requer considerar as especificidades relacionadas à exploração laboral e às desigualdades sociais e de gênero às quais estão submetidas.

De início, é importante destacar que as catadoras retratam uma fração da população trabalhadora, cujas condições de vida e de trabalho expressam as circunstâncias extremas de desigualdades sociais e econômicas da sociabilidade capitalista⁸ e afetam significativamente a vida da maior parte da população brasileira. Um dos espaços mais impactados por essa situação é o lugar em que a sociedade deposita as sobras do consumo, o lugar do lixo, no qual se encontram homens e mulheres que realizam o trabalho de catação como forma de subsistência.

As precárias e insalubres condições de trabalho nos lixões e nas ruas estão intimamente interligadas com outras expressões da questão social:⁹ a baixa escolaridade, as diversas formas de violência, a ausência de moradia (população em situação de rua que vive da catação) ou a vida em residências precárias próximas aos lixões e aterros sanitários, a fome e a miséria,

8. Bertero (1997, p. 32) considera que no livro *A Miséria da Filosofia*, de Karl Marx, contém a “formulação primeira, embrionária, da sociabilidade capitalista, em que tudo é alienável, passível de troca: mercadorias em geral, sejam elas produtos do trabalho (como sucede com a maioria delas) ou não (como a terra, por exemplo), sejam elas, ainda, coisas tangíveis (roupas, sapatos, corpo, como no caso das prostitutas, etc.) ou não, como ‘virtude’, ‘amor’, ‘opinião’, ‘ciência’, ‘consciência’, etc. Tudo, enfim, é comercializável”.

9. Enquanto conjunto de expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista, constitutiva das relações sociais, expressa a disputa capital/trabalho de apropriação da riqueza social (Iamamoto, 2001).

dentre outras mazelas sociais. Não raras vezes, o próprio alimento é retirado dos resíduos, a exemplo do caso relatado por Ferreira (2019) sobre uma catadora, que nasceu próxima ao lixão e foi atraída à catação, com apenas 7 anos de idade, para procurar alimentos e teve que abandonar a escola por sofrer *bullying* provocado pelo cheiro de chorume¹⁰ que exalava. Tal realidade demonstra que “para além desses indicadores relacionados à renda e ao usufruto de bens, serviços e da riqueza socialmente produzida, a pobreza é fenômeno multidimensional, é categoria política que implica carecimentos no plano espiritual, no campo dos direitos, das possibilidades e esperanças” (Yazbek, 2001, p. 34).

Percebe-se que os catadores e as catadoras de materiais recicláveis compõem a parcela excedente para as necessidades médias de exploração do capital, o chamado “exército industrial de reserva”, parte de uma superpopulação relativa, estagnada, constituída por trabalhadores e trabalhadoras em ocupações precárias, irregulares, que estão fora dos empregos formais (Siqueira, 2015).

Assim, as catadoras que atuam nas ruas das cidades realizam um labor solitário, expostas ao sol e à chuva, disputam espaço com os automóveis no trânsito, geralmente usam carros puxados à mão em pisos irregulares, diversas vezes, cheios e muito pesados, conforme destacam Galon e Marziale (2016). As autoras relatam que nos lixões e nos aterros a precarização é ainda maior, sendo habitual que as catadoras e suas famílias se encontrem no meio de uma vastidão de lixo, concorrendo com outras pessoas, com animais, com caminhões e tratores, expostas ao sol, à chuva e aos riscos de acidentes com objetos cortantes e atropelamentos. O trabalho realizado requer grande esforço físico, geralmente realizado sem os equipamentos de proteção individual e com exposição aos gases tóxicos produzidos pela decomposição do material. Consoante Costa e Pato (2016), esses locais não possuem infraestrutura para prover necessidades básicas, como ir ao banheiro, ou se alimentar com salubridade, além de, muitas vezes, funcionar como ponto de prostituição e de tráfico de drogas. São situações que ocorrem nesses territórios e acarretam vulnerabilidade social e risco à vida e à segurança das pessoas que vivem da catação.

Tal situação tem suas particularidades históricas e estruturais. Mais de dois terços desses trabalhadores e trabalhadoras da coleta e reciclagem de resíduos sólidos são negros e negras, conforme estudo do Ipea (Silva, Goes e Alvarez, 2013). Cruz (2016) aponta que desde o século XIX, os serviços de coleta de lixo e de outros dejetos eram atribuídos à população negra, de escravos e ex-escravos, o que reflete o processo histórico de construção das desigualdades sociais, econômicas e raciais em nossa sociedade: “Nos cuidados com o lixo, no Brasil, os escravos conhecidos como ‘tigres’ ou ‘cabungos’, transportavam as imundícies das casas. O responsável por esta tarefa era sempre aquele de menor valor dentre os serviçais do seu senhor” (Cruz, 2016, p. 39-40). Essas formas de discriminação permanecem na atualidade, influenciando negativamente e mantendo quase inalteradas as condições de vida e de trabalho na catação de materiais recicláveis.

10. Trata-se do líquido escuro e ácido, de cheiro típico e desagradável, proveniente da decomposição da matéria orgânica depositada nos grandes lixões e nos aterros sanitários.

No século XXI, esses trabalhadores e trabalhadoras são extremamente explorados pelo capital, dada a subordinação na cadeia produtiva da reciclagem que “estrutura-se em forma piramidal, tendo as catadoras e os catadores como base; os atravessadores como faixa intermediária; e as indústrias, cuja matéria-prima é o aproveitamento de materiais recicláveis, como topo” (Martins *et al.*, 2016, p. 91). A subalternidade é expressa no “pouco poder de voz nas negociações e a volubilidade nos ganhos obtidos com a coleta de recicláveis intensificam a precariedade laboral” (Galon e Marziale, 2016, p. 180). Dessa forma, embora colaborem para a reprodução e ampliação do capital, maximizando os lucros da indústria “via exploração do(a) trabalhador(a), diminuição do uso de matérias-primas e economia de energia” (Martins *et al.*, 2016, p. 91), os catadores e as catadoras não estão apenas excluídos do mercado formal de trabalho, mas têm sua cidadania negada com a expropriação de direitos trabalhistas e previdenciários.

Ao enfrentar situações tão precárias, as catadoras e catadores vivenciam, frequentemente, sentimentos de autoanulação, passam a não se perceberem como seres humanos, sentindo-se parte do material que manuseiam: o lixo da sociedade. Diversos problemas psíquicos podem atingir esses trabalhadores: “entre eles desânimo, raiva, irritabilidade, ansiedade, baixa autoestima, desamparo e sentimento de humilhação, aspectos diretamente relacionados com a própria desvalorização e rejeição do trabalho do catador pela sociedade” (Galon e Marziale, 2016, p. 185). Esses fatores negativos, no entanto, podem contribuir para a tomada de consciência da opressão e formar a identidade social de uma categoria, muitas vezes estimulando a organização coletiva que tem sido fundamental, pois abre possibilidades de resgate humano, de aumento da autoestima, de conquista de direitos e de redução da sujeição.

Dessa forma, é possível compreender a questão social como intrínseca ao modo de produção capitalista que se revela, conforme Iamamoto e Carvalho (2014), a partir do movimento de reação da parcela da população insatisfeita com suas condições de vida e de trabalho, questionando e afrontando a ordem estabelecida e seus problemas sociais. No caso em análise, essa reação fica explícita a partir da organização e da luta de catadores e catadoras, que denunciam o processo de pauperização absoluta, revelando as mazelas das desigualdades, questionando a legitimidade do sistema de exploração. O Estado fica então forçado a intervir por meio de políticas sociais, visando garantir os níveis de produtividade do trabalho exigidos na expansão do capital e restaurar a credibilidade no sistema de dominação (Iamamoto e Carvalho, 2014).

Nas associações e cooperativas mais estruturadas, o trabalho é realizado coletivamente, em alguns casos existem espaços amplos para manejar e armazenar os materiais em galpões e com equipamentos de propriedade coletiva, o que possibilita agregar valor e ampliar o poder de barganha no mercado, com o material triado e enfardado. Além disso, essas organizações possuem princípios e práticas de autogestão, cuja provável consequência é “a solidariedade e a igualdade” (Singer, 2002, p. 10). Todavia, essa ainda não é a realidade da maioria das pessoas que vivem da catação. Além disso, mesmo em condições laborais melhores, permanecem as dificuldades na organização política, no funcionamento e na viabilidade dos empreendimentos associativos e cooperativos.

Apontadas pelo MNCR como maioria entre os participantes dessas organizações coletivas, as mulheres catadoras normalmente trabalham na triagem e na classificação dos materiais, uma atividade que, apesar de considerada fundamental, é pouco valorizada pelos próprios companheiros, quando comparada às funções que geralmente são designadas para os homens: a operação das máquinas, o carregamento e o transporte dos materiais. A divisão sexual do trabalho e o desprestígio do “trabalho feminino” ante o “trabalho masculino” são expressos, dentre outras formas, na remuneração que as mulheres recebem, em muitos casos em menor valor do que a remuneração recebida pelos homens, sobretudo, quando a mulher trabalha uma quantidade menor de horas, pois tem que realizar a jornada reprodutiva, cuidando da casa e das pessoas que dela dependem, provendo alimentação e outros itens essenciais.

Essas circunstâncias fornecem elementos para refletir sobre as relações de trabalho precarizadas e as questões de gênero. As catadoras, além de estarem submetidas às vulnerabilidades sociais, econômicas e relativas à saúde, ainda se encontram expostas aos mais variados preconceitos relacionados ao seu trabalho, à sua classe, ao seu gênero e a sua etnia. Um fator essencial para compreender essa situação de subordinação e exploração é a relevância de sua relação com o patriarcado.

A desigualdade das relações de gênero presente na vida das mulheres é resultante de um processo histórico atrelado ao sistema patriarcal, que teve sua consolidação histórica associada à emergência e produção da propriedade privada, bem como da garantia do seu controle e de sua perpetuação. Segundo Cisne (2013), isso ocorre de forma diferente do que prega a ideologia que perpetua a ideia da subordinação da mulher como algo que nasceu com a humanidade. Na verdade, o patriarcado é resultado de um processo histórico e não de um processo natural advindo do sexo, de forma que se reproduz socialmente no modo de produção capitalista e atravessa a vida das mulheres. Dessa maneira,

para perpetuar essa divisão desigual de tarefas e poder entre homens e mulheres, garantindo a propriedade privada e sua perpetuação de uma geração à outra, por meio da herança, a família passou a demandar o modelo monogâmico e heterossexual, que coroam a construção de um modelo de família com base no patriarcado. O controle sobre o corpo e a sexualidade feminina via monogamia passa a assegurar a prole aos homens, o que lhes garante força de trabalho e herdeiros legítimos (Cisne e Santos, 2018, p. 58).

Mesmo diante de tamanha opressão, as lutas feministas sempre estiveram presentes ao longo da história da humanidade. Da mesma forma, as mulheres catadoras que atuam coletivamente buscam enfrentar as desigualdades de gênero em todos os espaços sociais, sobretudo nas organizações e movimentos em que participam, conforme veremos a seguir.

3 DESAFIOS E ESTRATÉGIAS ORGANIZATIVAS DE MULHERES CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO BRASIL

As catadoras são personagens de uma trama capitalista e patriarcal que mistura gênero, raça e classe social. A dificuldade para se inserir no mercado formal de trabalho, entre outras razões, contribui para que busquem estratégias de sobrevivência na atividade da catação que, mesmo

sendo um trabalho pesado e insalubre, é, muitas vezes, a única ou última alternativa para suprir suas necessidades e de sua família.

Existe uma relação intrínseca e de difícil ruptura entre gênero, pobreza e trabalho precário. A baixa escolaridade e a ausência de qualificação profissional, o peso que o trabalho reprodutivo ocupa na vida das mulheres pobres e a necessidade de adquirir renda para o sustento da família direcionam essas mulheres para ocupações precárias (Paiva, 2017, p. 160).

Essa precariedade, no cotidiano das catadoras, apresenta-se mais intensamente para as que trabalham nos lixões e nas ruas, deixando-as expostas às diversas vulnerabilidades que podem atingir a saúde física e psicológica, conforme aqui já citado. Entretanto, há uma quantidade significativa de mulheres que trabalham na coleta, triagem e reciclagem em organizações (grupos, associações, cooperativas e redes de cooperação), onde o processo de trabalho é definido de forma coletiva.

De fato, a partir dos anos 1990, houve um aumento do número de organizações associativas e de cooperação compostas por catadoras e catadores de materiais recicláveis, criadas como formas de enfrentamento das precárias e insalubres condições de trabalho e que visam, também, à redução da extrema exploração a que esses sujeitos são submetidos na cadeia de valor da reciclagem. Essas iniciativas têm sido criadas pelos próprios catadores e catadoras ou incentivadas e fomentadas por organizações da sociedade civil e do poder público municipal. Silva (2015, p. 52) destaca que a “primeira cooperativa de catadores que se tem registro é a Coopamare, de São Paulo, criada em 1989”, embora o trabalho de mobilização e de organização desses catadores e catadoras tenha se iniciado antes, inclusive com a constituição de uma associação em 1985. O autor destaca que nos anos 1990 os Fóruns Lixo e Cidadania¹¹ se constituíram como espaços de articulação de entidades que apoiavam e fomentavam essas organizações de coleta de materiais recicláveis no Brasil constituídas por catadores e catadoras.

Nesse contexto, em 1999, ocorreu o primeiro Encontro Nacional de Catadores de Papel, que impulsionou a realização do primeiro Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, em 2001, em Brasília, evento que reuniu mais de 1.700 catadoras e catadores. Nesse primeiro congresso, foi concebido o MNCR, como um instrumento de organização e luta por direitos.¹² A Carta de Brasília expressa as principais bandeiras de luta e as demandas da categoria, entre as quais o fim dos lixões, o combate ao trabalho infantil, o reconhecimento e valorização profissional, as condições institucionais para a inclusão social e econômica na cadeia produtiva da reciclagem, entre as quais a regulamentação da profissão de catador de materiais recicláveis, além de reivindicar que “o processo de industrialização (reciclagem) seja desenvolvido, em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais

11. Conforme Silva (2015, p. 54-55), os Fóruns Lixo e Cidadania, incentivados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no final dos anos 1990, em âmbito nacional e nos estados, com o propósito de erradicar o trabalho infantil nos lixões, além articular organizações da sociedade civil, movimentos sociais, universidades, empresas e outros órgãos públicos, contavam também com a participação de cooperativas e associações de catadores.

12. É importante ressaltar que o MNCR tem as organizações produtivas (cooperativas e associações) como sua base orgânica, sendo um misto de caráter político e econômico.

recicláveis”.¹³ Os catadores e catadoras também passaram a reivindicar o atendimento de suas demandas, com a implantação de políticas direcionadas para a melhoria das suas condições de vida e trabalho, como reconhecimento aos serviços ambientais e sanitários que realizam, evitando que se acumulem milhões de toneladas de material reciclável nas ruas e nos lixões.

Esse processo organizativo possibilitou que, em 2002, a profissão fosse reconhecida oficialmente na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e que, em 2010, os catadores e catadoras tivessem efetiva participação e reconhecimento na Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS¹⁴ (Silva, 2020). Com a abertura de canais de diálogo com o governo federal, sobretudo a partir de 2003, foram adotadas medidas legais para adoção da coleta seletiva com a participação das organizações de catadores e catadoras, bem como projetos e programas federais que visavam fortalecer as suas associações, cooperativas e redes de cooperação, a exemplo do Programa Pró-Catador¹⁵ e do Projeto Cataforte.¹⁶

Para Silva e Silva (2018, p. 141) a finalidade era “apoiar a atuação política e fortalecer as organizações produtivas para contratação e realização da coleta seletiva pelos municípios”. Mesmo com inúmeros limites e dificuldades, os empreendimentos apoiados conseguiram ampliar suas capacidades de prestação de serviços de coleta seletiva, triagem, reciclagem e beneficiamento de materiais, agregando valor aos produtos e aumentando a renda.

Todavia, apesar do trabalho nos empreendimentos coletivos ser realizado em comum e possuir regras flexíveis, existem vários problemas enfrentados pelas mulheres catadoras. Um deles, de acordo com Paiva (2017), é a grande rotatividade de trabalhadoras nessas organizações. As desistências se dão por diversos motivos, desde as adversidades da vida privada, a dureza do trabalho ou a possibilidade de outra ocupação que lhes proporcione melhor renda. Por outro lado, as mulheres que permanecem muitas vezes conseguem ir além da finalidade de obter renda na catação e triagem, e conquistam maior valorização e reconhecimento, melhorando a autoestima, adquirindo novos conhecimentos e habilidades: “fizeram cursos, estudaram sobre cooperativismo e sobre direitos de cidadania. Outras aprenderam no movimento social que a luta é diária e que o catador organizado forma uma comunidade de pertencimento e resistência. Elas tomaram as rédeas da própria vida” (Paiva, 2017, p. 182).

Esse processo leva parte dessas mulheres a desenvolver um forte sentimento de pertencimento à organização, atuando efetivamente para a melhoria das atividades, o que conduz a participar mais ativamente das decisões. Diversos estudos (Ribeiro, Nardi e Machado, 2012; Silva, 2015; Cherfem, 2016; Cruz, 2016; Martins *et al.*, 2016; Paiva, 2017) apontam que está

13. Disponível em: <<https://bit.ly/40JUGD6>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

14. A PNRS reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotadas pelo governo federal, isoladamente ou em regime de cooperação com estados, Distrito Federal, municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento adequado dos resíduos sólidos (Silva, 2020).

15. Instituído pelo Decreto nº 7.405/2010, tinha por objetivo a integração e a articulação das ações do governo federal direcionadas a apoiar e fomentar as associações e cooperativas dos catadores, com o intuito de melhorar as condições de trabalho e viabilizar a inclusão econômica e social na PNRS (Silva, 2020).

16. Criado em 2007, buscou integrar as organizações dos catadores e catadoras na cadeia produtiva da reciclagem, favorecendo a prestação de serviços de coleta seletiva, da logística reversa e do beneficiamento de materiais recicláveis (Silva e Silva, 2018).

em curso um processo recente de afirmação das mulheres catadoras como lideranças nesses espaços organizativos. À medida que adquirem consciência do valor de seu trabalho e de sua capacidade de se desenvolver como mulheres e como profissionais, passam a reivindicar o reconhecimento político e ocupam lugares de direção nas organizações. Assim, ocorrem avanços na participação política das mulheres catadoras – nas atividades internas, com a conquista de cargos de liderança, e externas, em espaços públicos.

Porém, são nesses momentos que aparecem os limites das relações desiguais de gênero. A despeito da valorização do trabalho coletivo, as mulheres catadoras enfrentam dificuldades em obter reconhecimento político e para ocupar lugares de direção, tanto nas organizações locais quanto nos espaços nacionais. Os estudos aqui citados apontam os desafios enfrentados pelas catadoras para alcançar esses objetivos. Conforme Martins *et al.* (2016), muitas mulheres que ocupam funções de destaque e liderança, como presidentas das associações ou cooperativas, não são vistas ou reconhecidas a partir de suas capacidades de liderança e de gestão dos empreendimentos, mas pela imagem “materna”, do cuidado feminino com os seus próximos. As autoras destacam que os associados enxergam as mulheres catadoras como “mães”, pois as mesmas se preocupam também com as demandas das famílias dos cooperados e procuram transformar o espaço de trabalho em espaço de lazer e cuidado. Por outro lado, os homens não possuem essas características integradoras na cooperativa. Muitos pensam por meio de uma racionalidade individualista e ordenada por modelos de masculinidade hegemônica.

Mesmo executando um trabalho ao qual normalmente a sociedade patriarcal e machista não destina para as mulheres, a exemplo do trabalho de liderança, a mulher catadora ainda é vista a partir da função reprodutiva materna, o que corrobora com estereótipos criados, reproduzindo a missão destinada como norma para as mulheres: o “cuidado”. Essa identificação entre a mulher e a natureza tem sido reforçada historicamente por causa dos processos biológicos de reprodução, ou seja, a relação mulher/natureza é percebida socialmente como determinismo biológico: “é a partir das diferenças sexuais que a sociedade constrói seu entendimento de masculino e feminino e consequentes relações assimétricas de poder” (Nascimento, 2018, p. 30).

Todavia, apesar dos cooperados e cooperadas reproduzirem um modelo instituído pelo patriarcado, na qual a função da mulher, no caso, de uma presidenta da cooperativa, é cuidar não só dos cooperados, mas também de suas famílias, é visto por eles e elas como algo benéfico. À vista disso, é importante modificar a forma de perceber o espaço público como pertencente ao homem e o espaço privado à mulher. Estudo realizado por Ribeiro, Nardi e Machado (2012) mostra que, ao assumir posição mais ativa no empreendimento de reciclagem, as mulheres contestam essa naturalização das funções e atributos tradicionais e das relações de poder entre homens e mulheres, o que, por vezes, tenciona as relações de gênero e de trabalho diante da “instabilidade dos tradicionais papéis masculinos e femininos, questionando, de certo modo, a divisão sexual do trabalho” (Ribeiro, Nardi e Machado, 2012, p. 252). O estudo mostrou também que muitos homens não se sentem à vontade, quando uma mulher está “deliberando as coisas”, de forma a desrespeitar as lideranças constituídas por mulheres.

Nesse contexto, a estratégia mais adequada para enfrentar essa situação está no fortalecimento das articulações das mulheres catadoras para afirmar o seu lugar nos processos organizativos locais e nacional. Ademais, essas mulheres são protagonistas do desenvolvimento de um trabalho educativo, de sensibilização e de convencimento sobre as opressões de gênero e a luta para superá-las. Conforme Paiva (2017, p. 200) essas estratégias têm repercussões nos diversos espaços e relações sociais das catadoras, inclusive no enfrentamento da violência doméstica, “uma vez que conquistam a independência financeira, a autonomia e a possibilidade de sustentar suas famílias”.

Da mesma forma, Silva (2015) destaca que essas mulheres conquistam, nas suas organizações locais e no MNCR, os espaços de constituição da identidade, compartilhando suas histórias de vida: “onde o fato de ter morado na rua lhe trazia prestígio, onde sua história de perda e reencontro de si mesma poderia ser ressignificada e aproveitada para a integração de novos membros, que ainda viviam naquela condição” (Silva, 2015, p. 174). Conforme o autor, a partir dessa valorização emerge a capacidade de liderança, com a superação do sentimento de vergonha, ressignificando

o processo de invalidação social que sofria nas ruas, à luz de uma narrativa compartilhada com os outros militantes do movimento social de catadores. O investimento na militância se dá a partir da ressignificação das humilhações sofridas e do processo de invalidação social ao qual foi submetida desde a infância (Silva, 2015, p. 201).

Dessa forma, as mulheres catadoras que assumem posição de liderança, em associações e cooperativas, foram desenvolvendo um forte sentimento de pertencimento à categoria, em razão de uma convicção subjetiva acerca da origem relacionada à catação, “relacionada a uma ‘zona de vulnerabilidades’, que permeia a vida dessas pessoas, devido à precariedade do trabalho ou à fragilidade dos laços familiares” (Paiva, 2017, p. 195).

Muitas dessas mulheres vão além de suas cooperativas e se preocupam com o conjunto da categoria, passando a lutar para que todos e todas possam alcançar melhores condições de vida e de trabalho. As lideranças do MNCR são oriundas de associações e cooperativas de base ou locais, atuam enquanto dirigentes dos seus empreendimentos, são responsáveis pela negociação com as empresas e com o poder público, assinam contratos de prestação de serviços e negociam com fornecedores. Entretanto, os princípios políticos de organização do MNCR não se restringem à forma de organização produtiva, mas possuem objetivos mais amplos, desde a luta para criar um ambiente institucional favorável à coleta seletiva, com a participação das organizações de catadores e catadoras, até as lutas estratégicas ou emancipatórias contra o sistema de opressão e exploração capitalista que reproduz as condições de precariedade às quais estão submetidas essas catadoras e catadores.¹⁷

Dessa forma, tornar-se dirigente no empreendimento constitui-se em um caminho para exercer a liderança em espaços mais amplos, no cumprimento da agenda política do MNCR. Espaços estes que eram normalmente ocupados apenas por lideranças masculinas, conforme

17. Na página do MNCR na web (disponível em: <<https://bit.ly/3Lv1zE2>>), é possível identificar as diversas manifestações e relatos de mobilizações desse segmento.

Ribeiro, Nardi e Machado (2012). As autoras destacam a existência de uma tensão no sentido de que normalmente as decisões finais eram advindas das posições masculinas e a participação das mulheres se dava, praticamente, apenas de forma quantitativa. Segundo Ribeiro, Nardi e Machado (2012, p. 251), “nesse caso, observávamos nas instâncias do movimento, que a mulher continuava “administrando a casa” (galpão), enquanto os homens praticamente tomavam conta das atividades relacionadas ao “público” (fora do galpão)”.

Para enfrentar essa situação, a partir da ocupação de espaços de direção, as catadoras desenvolveram suas capacidades de liderança e de interlocução política com setores da sociedade e do Estado: “aprenderam a falar em público e a expressar sua opinião, aumentaram as suas redes de contatos e solidariedade, bem como adquiriram novos conteúdos antes impensáveis em suas vidas como domésticas ou nos outros trabalhos presentes em suas trajetórias profissionais” (Cherfem, 2016, p. 63).

Como parte da estratégia de fortalecimento da categoria e do protagonismo político das mulheres catadoras, foram realizadas diversas mobilizações e eventos, a exemplo dos Encontros Nacionais de Mulheres Catadoras, que teve sua primeira edição em 2008. Da mesma forma, foram realizados encontros estaduais, abrindo espaços de debate para as particularidades das condições das mulheres catadoras no movimento, o que fortalece a presença das mesmas nos espaços de direção política. Em âmbito nacional, conforme noticia o MNCR: “hoje a comissão nacional do MNCR tem em sua composição 60% de mulheres representantes e o avanço do protagonismo feminino é uma estratégia de fortalecimento da categoria como um todo, uma vez que a categoria organizada tem em sua maioria as mulheres”.¹⁸

A despeito desse discurso, o estudo de Ferreira (2019) destaca as dificuldades enfrentadas pelas mulheres nesse processo de afirmação nos espaços nacionais de direção política. O MNCR não está isento dos preconceitos e comportamentos criados socialmente, como é o caso do machismo que permeia os mais variados campos sociais. Conquanto, há também, no espaço do MNCR, um trabalho de conscientização desenvolvido pelas catadoras sobre a equidade de gênero, o que aos poucos vai mudando o comportamento de alguns participantes e, ao mesmo tempo, vai fortalecendo as capacidades de lideranças das mulheres catadoras de materiais recicláveis. Para isso, utilizam-se estrategicamente de palestras, debates e oficinas temáticas, relacionadas a gênero, políticas públicas, relevância dos espaços organizativos de mulheres, dentre outros temas pertinentes à categoria.

Mesmo com as adversidades, as catadoras vão se fortalecendo nos espaços conquistados e conseguem desenvolver o protagonismo feminino nos embates vinculados à categoria e nas lutas mais amplas da classe trabalhadora. Alguns exemplos mostram esses avanços. Em 2019, a União Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis do Brasil (Unicatadores), que articula centenas de cooperativas de coleta e reciclagem no país, era presidida por uma mulher catadora. Da mesma forma, a representação da categoria na diretoria da União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (Unicopas) também é feminina. Além disso, as mulheres catadoras participam ativamente de espaços de diálogos e de troca de experiências

18. Disponível em: <<https://bit.ly/3LQLCab>>.

com outros movimentos sociais nos quais as mulheres também constroem e fortalecem espaços próprios de articulação e direção política.¹⁹

Nesse campo de luta por conquista e garantia de direitos sociais, os desafios se agigantaram nos últimos anos. Apesar de alguns avanços que tiveram nesse século XXI no Brasil, sobretudo entre 2002 e 2015, os catadores e catadoras vêm sofrendo perdas significativas a partir da crise institucional de 2016. Conforme Silva e Silva (2018), os retrocessos ficaram evidentes na lentidão de implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e na perda de importância, na agenda governamental, das iniciativas de inclusão socioeconômica dos trabalhadores e trabalhadoras da coleta de materiais recicláveis. No caso da PNRS, prevalecem, cada vez mais, os interesses empresariais da cadeia da reciclagem. As ações emancipatórias de enfrentamento à pobreza, com a adoção de políticas públicas estruturantes articuladas à expansão de direitos sociais e econômicos, têm sido obstaculizadas pelas medidas de ajuste fiscal neoliberal, adotadas num cenário desfavorável aos movimentos sociais, com a predominância do conservadorismo político no Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se neste estudo compreender as condições de vida e de trabalho para analisar as trajetórias organizativas das mulheres catadoras de materiais recicláveis no Brasil, considerando as determinações históricas, sociais, econômicas e culturais relacionadas às desigualdades de classe, raça e patriarcais de gênero.

A partir da explicitação das condições às quais se encontram essas trabalhadoras, demasiadamente expostas em uma conjuntura extrema de exclusão social e econômica, foi possível uma aproximação do real significado do movimento de emersão política dessas mulheres: o modo como elas conseguem, praticamente, “sair do meio do lixo” onde estavam imersas, para se tornarem catadoras de materiais recicláveis e “sujeitas políticas” que protagonizam as lutas por seus direitos.

Esse processo se inicia a partir da inserção dessas mulheres catadoras em organizações coletivas associativas e cooperativas locais, espaços em que são desafiadas a assumir responsabilidades de gestão, indo além das demandas mais urgentes de sobrevivência, descobrindo a importância da ação coletiva. Algumas delas encontraram as lutas feministas, desejaram direitos e possibilidades iguais para todas e todos, foram se organizando, ampliando suas articulações e, sobretudo, reconhecendo sua situação de classe social e de mulher numa sociedade com as marcas históricas do patriarcado que explicam as desigualdades de gênero. Ao adentrar nos espaços organizativos que antes eram privativos de lideranças masculinas, enfrentam as barreiras que distorcem o reconhecimento de suas capacidades políticas e limitam o acesso aos cargos de direção.

Para enfrentar esses desafios, as mulheres catadoras de materiais recicláveis desenvolvem estratégias de autoafirmação, a partir do conhecimento que adquirem de si mesmas e de sua condição de classe social, e passam a se reconhecer como portadoras de direitos, o que possibilita

19. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Fórum de Mulheres Negras, Movimento da Economia Solidária, Marcha Mundial das Mulheres etc.

avançar na organização coletiva. Entre as estratégias construídas, têm destaque os encontros estaduais e nacionais que possibilitaram a articulação para partilha de saberes, experiências e sentimentos, fortalecendo uma identidade coletiva que será a base de reconhecimento e ocupação de espaços políticos mais amplos. Hoje, algumas dessas mulheres lideranças estão na linha de frente das lutas locais e nacionais contra a incineração dos resíduos, a favor da coleta seletiva e da logística reversa, com a justa remuneração da categoria, considerando os relevantes e essenciais serviços que prestam à coletividade.

Porém, mesmo no atual contexto desfavorável à ampliação de direitos humanos e sociais no Brasil, as catadoras de materiais recicláveis mantêm suas estratégias de enfrentamento das desigualdades sociais, de raça e das relações desiguais de gênero, fortalecendo a organização política da categoria e realizando, paulatinamente, suas conquistas.

REFERÊNCIAS

ABRELPE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2018/2019**. São Paulo: Abrelpe, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2Hjcpq>>. Acesso em: 3 fev. 2020.

BERTERO, J. F. Gênese da sociabilidade capitalista: uma leitura de *A Miséria da Filosofia* de Karl Marx. **Estudos de Sociologia**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 9-34, 1997. Disponível em: <<https://bit.ly/3oNDPSQ>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

CHERFEM, C. O. Relações de gênero e raça em uma cooperativa de resíduos sólidos: desafios de um setor. *In*: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (Org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 47-74.

CISNE, M. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

COSTA, C. M. da; PATO, C. A constituição de catadores de material reciclável: a identidade estigmatizada pela exclusão e a construção da emancipação como forma de transcendência. *In*: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (Org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 99-121.

CRUZ, M. do C. A. da. **As invisíveis necessárias: trabalho e educação das mulheres catadoras de materiais recicláveis em São Luís**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

FERREIRA, A. C. X. D. **Mulheres catadoras de materiais recicláveis no Brasil: condições de gênero e desafios socio-organizativos no século XXI**. Monografia (Graduação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

GALON, T.; MARZIALE, M. H. P. Condições de trabalho e saúde de catadores de materiais recicláveis na América Latina: uma revisão de escopo. *In*: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (Org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 169-199.

- IMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, n. 3, p. 9-32, 2001.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2014.
- MARTINS, I. G. *et al.* Reciclando as relações de gênero: a divisão sexual do trabalho em cooperativas de catadoras e catadores, e o papel de lideranças femininas na política pública de resíduos sólidos no Distrito Federal. *In*: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (Org.). **Catadores de materiais recicláveis**: um encontro nacional. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 75-97.
- NASCIMENTO, A. G. do. **Relações de gênero e sustentabilidade com mulheres catadoras de materiais recicláveis em uma associação em Natal/RN**. Dissertação (Mestrado) – Centro de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.
- PAIVA, C. C. **As relíquias do lixo**: mulheres catadoras e o engenhoso trabalho de cooperar e resistir. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- RIBEIRO, I. M.; NARDI, H. C.; MACHADO, P. S. Catadoras(es) de materiais recicláveis e as possíveis articulações entre trabalho precário e relações de gênero. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 15, n. 2, p. 243-254, 2012.
- SILVA, P. H. I. **O que fazemos do que fazem de nós**: trajetórias sociais e militância entre os catadores de materiais recicláveis no Brasil. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- SILVA, R. B. **Relatório analítico com cruzamento de informações sobre diversos bancos de dados existentes referentes à questão de resíduos sólidos, em especial sobre os lixões brasileiros, com sistematização de dados estatísticos e utilização de ferramentas de geoprocessamento para criação de mapas**. Brasília: CIISC/SGPR, 2014.
- SILVA, R. B.; SILVA, R. M. A. da. Da crise institucional ao estado mínimo: o arrefecimento nas políticas públicas de inclusão socioeconômica de catadores e catadoras de materiais recicláveis. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, n. 65, p. 139-152, 2018.
- SILVA, S. P. Reciclagem e economia solidária: análise das dimensões estruturais dos empreendimentos coletivos de catadores no Brasil. *In*: SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020. p. 129-149.
- SILVA, S. P.; GOES, F. L.; ALVAREZ, A. R. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável – Brasil**. Brasília: Ipea, 2013.
- SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- SIQUEIRA, L. de S. **Pobreza e serviço social**: diferentes concepções e compromissos políticos. São Paulo: Cortez, 2015.
- YASBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**, Brasília, n. 3, p. 33-40, 2001.